



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS –
PROJOVEM URBANO

ANO REFERÊNCIA - 2008

BRASÍLIA, Janeiro/2009

Este Relatório trata das atividades desenvolvidas para o ProJovem Instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, doravante denominado ProJovem Original e pelo ProJovem na modalidade Urbano, instituído pela Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, bem como às demais ações desenvolvidas no âmbito da Secretaria Nacional de Juventude.

Como parte integrante da Política Nacional de Juventude, da Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República, em 2005 foi instituído o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, editado pela Medida Provisória nº 238-b, de 1º de fevereiro de 2005, transformada na Lei 11.129, de 30 de junho de 2005 e regulamentada pelo Decreto nº 5.557, de 05 de outubro de 2005. O ProJovem teve como meta atuar em todas as 27 capitais brasileiras, a partir de 2005 e, desde 2006, expandir o Programa para as cidades com número igual ou superior a 200.000 habitantes, conforme dados do Censo Demográfico 2000, realizado pelo IBGE, das Regiões Metropolitanas das capitais (34 cidades, no total).

Em meados de 2007, com o intuito de investir em uma política de juventude nacional integrada, com ações voltadas ao desenvolvimento integral dos jovens em situação de exclusão social, o Governo lançou o ProJovem integrado, um programa de juventude que unificou seis programas já existentes voltados para a juventude – Agente Jovem, ProJovem, Saberes da Terra, Consórcio de Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica.

O ProJovem integrado, instituído pela Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, compreende as seguintes modalidades: I - ProJovem Adolescente; II - ProJovem Urbano; III - ProJovem Campo – Saberes da Terra e IV – ProJovem Trabalhador. Uma importante inovação desse programa é a ampliação da faixa etária dos beneficiários das principais ações voltadas para a juventude, a qual anteriormente era apenas de 15 aos 24 anos, passando a atender a faixa etária de 15 a 29 anos. Opta-se, dessa forma, por atender um extrato mais amplo da sociedade, buscando propiciar oportunidades para um contingente cada vez maior de cidadãos.

De modo geral, a integração das políticas de juventude veio a consolidar a implementação da gestão intersetorial concebida em 2005 com o ProJovem Original, com a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República e gestão compartilhada com os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

A execução de cada modalidade do ProJovem é de responsabilidade de cada Órgão descrito acima (ProJovem Adolescente – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; ProJovem Campo – Ministério da Educação; e ProJovem Trabalhador – Ministério do Trabalho e Emprego) sendo a Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República – SNJ/SG/PR responsável diretamente pela modalidade Urbano, ou por meio de ações executadas no âmbito da UG 110.235 ou por meio da descentralização de recursos aos Ministérios gestores parceiros e suas Autarquias, assim como, ao Ministério da Justiça (parceria com o DEPEN e PRONASCI).

Em 2008, além da continuidade da execução do ProJovem Original, por meio da parceria com prefeituras municipais de todas as capitais brasileiras e cidades de regiões metropolitanas, houve também a implementação do ProJovem na modalidade Urbano, com a incorporação, ampliação e aprimoramento dos aspectos bem sucedidos do programa original, além da proposição de novas estratégias para superação das dificuldades encontradas - reformulação esta subsidiada pelo processo de avaliação interna e externa do programa, desde a sua implantação.

Conforme o Decreto nº 6629, de 4 de novembro de 2008, que regulamenta o ProJovem instituído pela Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, o Programa na modalidade Urbano, busca estabelecer um novo paradigma de educação com a implementação do projeto pedagógico integrado.

O Programa na modalidade Urbano atende a jovens entre 18 e 29 anos de idade que sabem ler e escrever, mas não concluíram o Ensino Fundamental.

Podem integrar-se ao programa outros participantes locais como CEFETs, universidades, unidades operacionais do Sistema S, organizações da sociedade civil, igrejas, dentre outras instituições. Cabe destacar, dentre

as parcerias estabelecidas em 2008, a estabelecida pelo ProJovem Urbano com o Ministério da Justiça/DEPEN e PRONASCI para implantação do programa nas unidades prisionais – um diferencial deste programa, que também sinaliza o comprometimento do Governo com esse público-alvo excluído socialmente.

O ProJovem Urbano Prisional abrange jovens nas mesmas condições etárias e educacionais, que estejam em cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime fechado, em penitenciárias estaduais. Destaca-se que houve a devida adequação do Projeto Pedagógico Integrado – PPI, para atendimento das especificidades das unidades prisionais, com diferenciação dos seguintes elementos, em geral:

- Organização do tempo escolar;
- Pagamento do Auxílio-Financeiro;
- Material Didático - apresentação física do material (não pode ser aramado);
- Formação dos Educadores – dentro da formação do ProJovem foi proposto um módulo específico para os educadores que atuarão nos presídios (parceria com a Escola de Gestão Penitenciária);
- Estrutura específica de gestão pedagógica: carga horária do aluno, do professor, da formação inicial e continuada, além da carga diferenciada do curso.

Ficou estabelecida a previsão de início do ProJovem Urbano Prisional para o ano de 2009, com a meta inicial de 560 alunos, distribuídos entre os seguintes Estados: Acre: 60 alunos; Rio de Janeiro: 200 alunos; e Pará: 300 alunos. Com isso, o Ministério da Justiça, por meio de recursos destacados pela Presidência da República, firmou convênios com esses Estados no montante de **R\$ 2.531.906,65 (dois milhões, quinhentos e trinta e um mil, novecentos e seis reais e sessenta e cinco centavos), na ação 2A95 – Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional.**

Em 2008, realizaram-se encontros e reuniões diversas para articulações, definições e planejamento da implementação do programa na referida modalidade.

A seguir, são apresentadas as medidas implementadas pela UG 110.235, diretamente pela Coordenação Nacional do Programa/Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República, ou indiretamente através da descentralização de recursos orçamentários e financeiros de dotações das SG/PR para os Ministérios gestores e suas Autarquias, com o intuito de assegurar o sucesso do ProJovem.

a) Adesões, metas, início das aulas e matrículas de jovens em 2008

a.1) ProJovem Original

De forma geral, de 2005 a 2008, foram inscritos 521.241 jovens e, segundo o Banco Nacional de Dados do ProJovem Original, 241.228 alunos foram matriculados no total (205.992 jovens nas capitais e no Distrito Federal e 35.236 nas cidades das regiões metropolitanas das capitais).

a.2) ProJovem Urbano

O ProJovem Urbano, que iniciou em 2008, teve como meta acordada total 768.055 jovens, sendo que, diferentemente do ProJovem Original, passou a contar com a participação direta dos Estados da Federação para atuarem junto aos Municípios com população inferior a 200 mil habitantes, em todo o Brasil. No caso de Municípios com número igual ou superior a 200 mil habitantes, a implantação do Programa previu parceria direta com as Prefeituras locais.

No total, aderiram ao ProJovem Urbano 128 Entes Federados: 105 municípios com população igual ou superior a 200 mil habitantes (sendo 55 municípios já atendidos pelo ProJovem Original) e 23 Estados.

A meta acordada para 2008 foi na ordem de 334.225 jovens, sendo que, 24 Municípios e 1 Estado tiveram aulas iniciadas em 2008, totalizando 89.942 matrículas. Os demais jovens estão em processo de matrícula realizada por 22 Estados e 82 Municípios que aderiram ao Programa até o momento.

b) Implementação do ProJovem Original e implantação do ProJovem Urbano – transferências de recursos e ações financeáveis

b.1) ProJovem Original

Conforme esclarecido anteriormente, o ProJovem Original teve início em 2005, com a adesão de todas as capitais dos Estados, expandindo-se, em 2006, para 34 (trinta e quatro) cidades com população igual ou superior a 200 mil habitantes das regiões metropolitanas das capitais.

No ano de 2007, várias cidades solicitaram ampliação de meta e isso gerou a elaboração de novos convênios, firmados entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC, como concedente, a Secretaria-Geral da Presidência da República, como interveniente e as Prefeituras, como conveniente, por meio de recursos destacados da Presidência da República a essa Autarquia vinculada ao Ministério da Educação.

Em 2008, não houve a assinatura de novos convênios para implementação do ProJovem Original, haja vista a implantação do ProJovem Urbano. Entretanto, uma vez que o ProJovem Original ainda estava em curso, dadas as entradas de alunos ocorridas em 2007, fez-se necessário proceder a repasses de 2ª ou 3ª parcelas dos convênios firmados anteriormente.

No total, foram repassados a diversos parceiros os montantes de **R\$ 31.621.352,88 (trinta e um milhões, seiscentos e vinte e um mil, trezentos e cinquenta e dois reais e oitenta e oito centavos)**, na ação 2A95 – Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional, e **R\$ 1.195.219,08 (um milhão, cento e noventa e cinco mil, duzentos e dezenove reais e oito centavos)**, na ação 86AD - Formação de Profissionais.

b.1) ProJovem Urbano

O ProJovem Urbano, diferentemente do ProJovem Original, apresenta um formato novo de repasse dos recursos financeiros aos entes da federação que aderem ao Programa: a transferência automática.

Os critérios e as normas de como se darão essas transferências automáticas estão definidos na Resolução nº 22, de 26 de maio de 2008, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC e foram elaborados conjuntamente com a Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República – SNJ/SG/PR, por meio da Coordenação Nacional do ProJovem Urbano.

Nessa Resolução, entre outros temas importantes, são apresentadas as responsabilidades de cada agente envolvido, além das ações passíveis de execução por meio de recursos federais, necessárias para a implementação do ProJovem Urbano. Por isso mesmo, a Coordenação Nacional definiu como imprescindível que cada ente federado elaborasse um plano das atividades a serem desenvolvidas.

Esse plano de implementação é uma importante ferramenta de planejamento, definição de gastos e controle, não somente para quem o elabora, mas também para a SNJ/SG/PR, por meio da Coordenação Nacional do ProJovem Urbano, FNDE/MEC e demais Órgãos de controle. Inclusive, é condição básica, juntamente com o Termo de Adesão, para habilitar os entes federados a receberem recursos do Governo Federal previstos para o Programa.

Cabe ressaltar que o Plano de Implementação foi construído com base em documentos de suma importância para o Programa, quais sejam, o Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem Urbano, o Plano Nacional de Formação, a Estratégia de Matrícula e a Resolução publicada pelo FNDE referente ao ProJovem Urbano.

Por fim, as ações financeáveis pelo Governo Federal para o ProJovem Urbano, por meio de transferência direta de recursos, são as seguintes:

- a) pagamento de professores de ensino fundamental, qualificação profissional e participação cidadã, diretores de pólos, coordenadores locais (estaduais, distritais ou municipais) do ProJovem

Urbano, pessoal de apoio técnico-administrativo para os pólos e para as coordenações locais (estadual, distrital ou municipal) do Programa, de acordo com o planejamento de abertura de turmas, núcleos e pólos, com as determinações do Projeto Pedagógico Integrado e com os perfis definidos na referida Resolução;

c) custeio da formação inicial e continuada de professores de ensino fundamental, qualificação profissional e participação cidadã, diretores de pólos, coordenadores locais e apoios técnico-administrativos, nos moldes definidos no Projeto Pedagógico Integrado e no plano de formação a ser fornecido pela SNJ/SG/PR, por meio da Coordenação Nacional do ProJovem Urbano;

d) auxílio financeiro para os professores de ensino fundamental, qualificação profissional e participação cidadã, diretores de pólos, coordenadores locais e apoios técnico-administrativos durante a etapa de formação inicial, no valor máximo de até 80% (oitenta por cento) da remuneração mensal bruta a ser paga aos professores contratados no âmbito do ProJovem Urbano;

e) aquisição de gêneros alimentícios destinados exclusivamente para fornecimento de lanche ou refeição aos alunos matriculados e freqüentes no âmbito do Programa, garantindo qualidade compatível com a exigida no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE;

f) locação de espaços e equipamentos, aquisição de material de consumo, bem como pagamento de monitores para as atividades práticas de qualificação profissional;

g) pagamento de pessoal de apoio para auxiliar na etapa de matrícula local do ProJovem Urbano;

h) especificamente para os Estados, pagamento do transporte do material didático-pedagógico do ProJovem Urbano da capital do Estado, onde será entregue pelo Governo Federal, até os municípios de sua base territorial.

No total, foram repassados a diversos parceiros do ProJovem Urbano os montantes de **RS 217.611.281,70 (duzentos e dezessete milhões, seiscentos e onze mil, duzentos e oitenta e um reais e setenta centavos)**, na ação 2A95 – Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional, e **RS 14.202.303,62 (quatorze milhões, duzentos e dois mil, trezentos e três reais e sessenta e dois centavos)**, na ação 86AD - Formação de Profissionais.

c) A Formação Inicial e Continuada de Gestores, Formadores e Educadores do ProJovem Urbano

c.1) ProJovem Original

Em meados de 2005, a Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República firmou parceria com a Fundação Darcy Ribeiro – FUNDAR, uma instituição cultural, de pesquisa e desenvolvimento científico, auto-sustentável, com personalidade jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, que vem desenvolvendo, desde 1999, projetos nas áreas de educação, cultura e trabalho com o Governo Federal, Governos Estaduais e Prefeituras Municipais, com vistas à atuação na formação inicial e continuada de formadores de educadores do ProJovem original.

No caso específico dos educadores e coordenadores locais do ProJovem Original, a formação desses profissionais para atuar no ProJovem - antes do curso e ao longo dele – é da responsabilidade de uma instituição formadora competente, conveniada ou contratada pelo próprio ente federado. Essa formação focaliza o processo pedagógico e metodológico do Programa e, ainda, as ações curriculares tratadas nas Unidades Formativas, cuja tônica é a construção do conhecimento teórico-prático, integrando conteúdos do ensino fundamental, temas de qualificação para o trabalho e ação comunitária.

Especificamente em relação ao ano de 2008, tanto a FUNDAR como as instituições formadoras locais seguiram com o desenvolvimento do processo de formação continuada daqueles formadores, educadores e coordenadores municipais que permaneceram em atividade, em razão do término das aulas do ProJovem Original.

c.2) ProJovem Urbano

O projeto pedagógico do ProJovem Urbano está fundamentado na integração entre a Formação Básica (ensino fundamental), a Qualificação Profissional e a Participação Cidadã; o que impõe um novo paradigma de educação para os gestores e os educadores. O programa pressupõe a inter-relação dessas três dimensões num processo que considera o jovem protagonista de sua formação como ser humano e cidadão.

O trabalho coletivo, a interdisciplinaridade e a articulação entre formação e ação, propostas pelo programa, não são práticas comuns na maioria das escolas. Dessa forma, é necessário que gestores (coordenadores, diretores de pólos e apoios locais), formadores e educadores sejam formados especificamente para atuar no ProJovem Urbano.

A implementação e execução da formação está a cargo da Coordenação Nacional do ProJovem Urbano, por meio de sua Assessoria Pedagógica, com a parceria da Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR) e da Coordenação de Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ). O planejamento da formação inicial e continuada dos educadores cabe às Coordenações Locais, e sua execução à instituição formadora selecionada pelo Município ou Estado.

As temáticas da formação de gestores, formadores e educadores, definidas no Plano Nacional de Formação, são desenvolvidas em atividades presenciais (palestras, oficinas, trabalhos em grupo etc) e não presenciais (leituras, acesso aos *sites* interativos do ProJovem etc).

Vale destacar que para os cursos de formação de gestores são convidados os diretores das unidades escolares que estão recebendo o ProJovem Urbano. A participação desses diretores possibilita uma melhor compreensão do programa, e contribui para a articulação entre diretores e Coordenação Local e para o acolhimento de alunos e educadores nas escolas.

Para a implementação do ProJovem Urbano, em 2008, foi realizada a formação inicial de 75 coordenadores; 111 apoios da Coordenação Local, 84 diretores e apoios de pólo, 243 diretores de unidades escolares e 85 formadores. Para tanto, foram desenvolvidos 14 cursos.

O curso do ProJovem Urbano teve início em setembro de 2008 em 24 municípios e no Estado de Goiás. Nessas localidades, além da formação inicial dos gestores, formadores e educadores, já foi realizado o primeiro encontro de formação continuada de formadores, por intermédio da FUNDAR e COPPE, com carga horária de 16 horas.

As atividades não presenciais da formação continuada de formadores são desenvolvidas por meio do Tutorial do ProJovem Urbano. Trata-se de um ambiente virtual de formação com espaços de interação, troca de informações, estudos e debates. O tutorial foi aberto, no mês de novembro, com um *chat* entre os formadores, a FUNDAR e a Coordenação Nacional do programa.

A fim de trabalhar aspectos relacionados à concepção, organização e operacionalização da avaliação formativa no ProJovem Urbano, a Coordenação Nacional organizou junto ao CAEd/UFJF, o “1º Encontro de Gestores sobre a Avaliação Formativa”, desenvolvido em três momentos distintos, para o conjunto de localidades que iniciaram as aulas em 2008.

Todas as ações de formação são acompanhadas por meio do Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano (SMA). São registradas as condições de oferta da formação, a avaliação dos formandos e a compreensão e a implementação do Plano Nacional de Formação.

O acompanhamento da formação inicial dos educadores é feito por amostragem pela Coordenação Nacional, por intermédio dos parceiros FUNDAR e COPPE. Nessa ocasião são analisados os aspectos gerais, operacionais e de infra-estrutura do curso, além da atuação de coordenadores e de formadores. Em 2008, foram acompanhados os cursos oferecidos por nove municípios, das 25 localidades que iniciaram o curso do ProJovem Urbano em setembro.

d) A Qualificação Profissional Inicial no ProJovem Urbano

Inserida no contexto do Projeto Pedagógico Integrado - PPI do ProJovem Urbano, a Qualificação Profissional - QP constitui-se uma das 3 dimensões do programa que, em todos os momentos do processo formativo, se articula e se integra com as outras duas dimensões: Formação Básica (ensino fundamental) e Participação Cidadã.

A implementação da Qualificação Profissional compreende a articulação e integração entre a Formação Técnica Geral (conhecimentos comuns, presentes em toda atividade produtiva) e o Arco Ocupacional (conhecimentos, habilidades e competências específicas de cada arco/ocupação), bem como a elaboração do Projeto de Orientação Profissional – POP (construção de um itinerário formativo pelo aluno).

No âmbito da QP, a partir de estudos e análise do Plano de Desenvolvimento Sócio-Econômico local, cenários e tendências do mundo do trabalho, situação ocupacional atual, vocação, investimentos previstos, demandas por serviços públicos e outras demandas sociais, os Estados e Municípios participantes do ProJovem Original e Urbano definiram os Arcos Ocupacionais. Cada aluno do programa, por sua vez, recebe qualificação em 01 Arco que lhe possibilita a formação inicial em 04 Ocupações.

É importante ressaltar que, no ProJovem Urbano, os Entes Federados podem escolher de 2 a 5 arcos ocupacionais para implantar em sua territorialidade, diferentemente do ProJovem Original, onde a escolha deveria ser de 4 arcos por território (sem opção por menos ou mais arcos).

e) Elaboração, produção e distribuição de material didático para alunos, educadores, formadores e gestores do ProJovem Urbano.

Considerando-se que em 2008 não houve produção e distribuição de livros didáticos aos alunos matriculados no ProJovem Original, uma vez que os alunos receberam o devido material no ano anterior, os itens a seguir discriminados referem-se somente ao ProJovem Urbano, implantado nesse exercício.

e.1) ProJovem Urbano

O curso do ProJovem Urbano foi organizado em três ciclos, cada qual composto por duas unidades.

A elaboração dos materiais didáticos do ProJovem Urbano foi realizada por uma equipe de profissionais de diversas áreas de conhecimento, altamente renomados, e organizado pela Coordenação Nacional do ProJovem Urbano/SNJ/SG/PR.

As unidades formativas articulam-se a partir de um *eixo estruturante*, em torno do qual se desenvolvem os instrumentais conceituais e as ações curriculares, como pode-se perceber abaixo:

- Unidade Formativa I: Juventude e Cultura
- Unidade Formativa II: Juventude e Cidade
- Unidade Formativa III: Juventude e Trabalho
- Unidade Formativa IV: Juventude e Comunicação
- Unidade Formativa V: Juventude e Tecnologia
- Unidade Formativa VI: Juventude e Cidadania

O eixo estruturante corresponde, em cada unidade, a uma situação-problema relevante na vida cotidiana dos jovens envolvidos no programa e que os desafie de maneira particular. Os instrumentais conceituais indicam claramente a perspectiva de abordagem da situação-problema. As ações curriculares visam superar a organização por meio de disciplinas estanques.

A produção e distribuição do material didático para o Programa são feitas em duas etapas. Inicialmente, a Coordenação Nacional contratou, por meio de processo seletivo feito pelo Projeto PNUD BRA/05/021, um consultor, por produto, especialista em revisão de textos e outro consultor, também por produto, especialista em diagramação-educação de textos e imagens de materiais didáticos.

A segunda etapa objetivou a produção, impressão e distribuição do material didático das unidades formativas para atendimento da meta de 2008, realizada por meio de processo licitatório lançado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação, após elaboração de Termo de Referência e destaque de recursos feitos pela Coordenação Nacional do ProJovem Urbano/SNJ/SG/PR.

No total, encontra-se em produção pela gráfica Posigraf, vencedora do pregão eletrônico aberto pelo FNDE, **3.202.500 de exemplares**, no montante total de **R\$ 7.325.998,79 (sete milhões, trezentos e vinte e cinco mil, novecentos e noventa e oito reais e setenta e nove centavos)**, empenhados na ação 86AB – Produção, Aquisição e Distribuição de Material Didático.

Além do material acima referido, a Coordenação Nacional organizou a reprodução e distribuição de DVDs de inglês, para atendimento à demanda referente às entradas ocorridas em 2008. Cada localidade recebeu um conjunto de 4 DVDs, parte da coleção do material didático do ProJovem Urbano, totalizando 2.203 unidades de DVDs distribuídos.

Em 2008, foi articulada parceria com o Instituto Benjamim Constant para a produção do material didático do ProJovem Urbano, para atendimento de alunos e educadores cegos. No total, foi planejada a produção de 710 volumes, material a ser entregue no 1º semestre de 2009.

Também, em 2008, ocorreu a produção do material didático voltado especificamente para o desenvolvimento dos Arcos Ocupacionais. Nesse sentido, a Coordenação Nacional organizou a impressão e distribuição dos materiais para atendimento à demanda referente às entradas ocorridas em 2008.

Ainda em 2008, foi concluída a elaboração do Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem Urbano, documento que apresenta os objetivos, finalidades, princípios orientadores, estratégia curricular e formato do ProJovem Urbano. O projeto foi submetido ao Conselho Nacional de Educação em julho e aprovado em novembro, por meio do Parecer CNE/CEB Nº 18/2008, de 12/11/08.

Visando desenvolver uma proposta de formação inicial e continuada dos profissionais atuantes no Programa, voltada essencialmente à garantia da unidade de seus princípios pedagógicos, a Coordenação Nacional do ProJovem Urbano também se dedicou à elaboração, produção e distribuição do Plano Nacional de Formação para gestores, formadores e educadores.

Neste ano, também foi realizada a elaboração, produção e distribuição dos testes de proficiência, material necessário aos entes federados para atendimento de uma das condicionalidades de matrícula do aluno no programa. No total, foram distribuídos cerca de 120 CDs para atendimento da meta de 2008.

Por fim, a Coordenação Nacional organizou a produção do banco de questões das provas das Unidades Formativas I e II, para posterior montagem, impressão e distribuição às coordenações locais do ProJovem Urbano. Além disso, ocorreu a produção do Caderno de Registro de Avaliação, organizado em três volumes, entregue aos entes federados em conjunto com o material-didático.

f) Pagamento do auxílio-financeiro aos alunos

Considerando que em 2008 houve a concomitância de dois Programas sendo executados ao mesmo tempo pela SNJ/SG/PR: o ProJovem Original e o ProJovem Urbano, o que ocasionou o pagamento de benefícios a alunos matriculados em cada um dos Programas, faz-se necessário distinguir as duas situações.

Em ambos os Programas, pode-se considerar que os critérios para recebimento do benefício são os mesmos, de modo geral: enquanto estiver matriculado no curso previsto, comparecer a pelo menos setenta e cinco por cento das atividades presenciais do mês e apresentar os trabalhos exigidos, o aluno recebe da União um auxílio-financeiro mensal de R\$ 100,00 (cem reais).

A principal diferença entre os dois Programas, nesse caso, refere-se ao período de recebimento do benefício. No caso do ProJovem Original, considerando a duração do curso de 12 meses, o aluno poderá receber até 12 (doze) auxílios-financeiros. No ProJovem Urbano, também em razão da duração do curso, o aluno poderá receber até 20 (vinte) auxílios.

Seguem, abaixo, alguns outros diferenciais e a apresentação da execução do pagamento do auxílio-financeiro para ambos os Programas em 2008:

f.1) ProJovem Original

A gestão do pagamento e da manutenção do auxílio financeiro mensal é de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, que, para tanto, utiliza os recursos orçamentários destinados ao ProJovem Original disponibilizados pela SNJ/SG/PR.

Para operacionalizar o pagamento e a manutenção do auxílio-financeiro, o MDS firmou, em setembro de 2005, aditado ao longo desses anos, um contrato com a Caixa Econômica Federal, sendo que foram previstos, para 2008, R\$ 31.500.000,00 (janeiro a dezembro).

f.2) ProJovem Urbano

A gestão do pagamento e da manutenção do auxílio financeiro mensal é feita diretamente pela Coordenação Nacional do ProJovem Urbano/SNJ/SG/PR, por meio de contrato firmado também com a Caixa Econômica Federal.

Para 2008, foram empenhados recursos para pagamento de auxílios-financeiros aos alunos matriculados no ProJovem Urbano no valor de R\$ 21.500.000,00, para pagamento do período de setembro a dezembro desse ano.

g) Acordo de Cooperação Técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

A parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é de fundamental importância, do ponto de vista de contribuição técnica, para a Secretaria de Juventude do Governo Federal e tem por objeto fortalecer e aprimorar políticas voltadas para a juventude implementando ações com vistas à formação integral de jovens por meio de uma efetiva associação entre elevação de escolaridade, qualificação profissional e desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público.

O Projeto de Cooperação Técnica ao ProJovem, contribui para o estabelecimento de um ambiente propício para o desenvolvimento social e econômico da juventude brasileira, estando em perfeita coerência com a missão do PNUD. Além disso, a experiência do PNUD no desenvolvimento de projetos ao longo de quatro décadas no Brasil, especialmente nas áreas de gestão, treinamento e controle social, contribui substancialmente para implementação das ações pretendidas.

Entre as ações previstas no Acordo de Cooperação Técnica, destacam-se o desenvolvimento e a implantação de um sistema informatizado de registro e processamento de dados para integrar e produzir informações necessárias aos núcleos, estações da juventude, coordenações municipais, nacional, e ao comitê gestor; o

monitoramento e a supervisão dos aspectos administrativos, pedagógicos e de gestão do programa; a avaliação da implementação e da efetividade do ProJovem; o desenho, desenvolvimento, adaptação e implementação de um sistema informatizado de gestão compartilhada; a capacitação e a estruturação da equipe do Programa; o desenvolvimento e a implantação de cursos e seminários de capacitação para educadores e coordenadores do ProJovem; a elaboração, impressão e distribuição de materiais instrucionais e técnico-pedagógicos; elaboração, impressão e distribuição da Revista e Mural Estação Juventude, a formação e o fomento de comunidades de aprendizagem, trabalho e de convivência social; e a avaliação e disseminação do projeto de apoio ao ProJovem.

Em 2007 e 2008, realizou-se, no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica com o PNUD, a Revisão Substantiva “G” do PRODOC, estendendo o prazo para os anos de 2008, 2009 e 2010. Esta Revisão teve como base: a extensão do prazo de vigência, a inclusão de novos resultados, produtos e ações e a nova destinação orçamentária, bem como a incorporação e a ampliação do ProJovem, enquanto ProJovem Urbano.

Visando a implantação do ProJovem Urbano, durante o ano de 2008, foram contratadas, via processo licitatório, considerando sempre o menor preço, os seguintes serviços: Seminário de Avaliação do ProJovem.- 09 de maio - contratação de empresa para fornecimento de *coffee break* e contratação de serviço de cerimonial e recepção; I Oficina Técnica de Implantação do ProJovem Urbano – 15 e 16 de maio – contratação de serviço de filmagem, edição e produção de vídeo da Oficina; II Oficina Técnica de Implantação do ProJovem Urbano – 27 a 29 de maio – contratação de espaço físico, serviço de *coffee break* e serviço de recepção; III Oficina Técnica de Implantação do ProJovem Urbano – 10 e 11 de junho – contratação de espaço físico; serviço de *coffee break* e serviço de recepção; Formação Inicial de Coordenadores Locais do ProJovem Urbano – 31 de julho a 02 de agosto – contratação de espaço físico com serviço de *coffee break*, equipamentos de áudio e vídeo e serviço de recepção.

Da mesma forma, o Projeto BRA/05/021 contratou consultores, na modalidade produto, especialistas em Organização e Métodos, para realizar levantamento de dados referentes ao Programa, especificamente com relação às funções e atribuições da Coordenação Nacional, assim como para efetuar análise das características levantadas em relação ao ambiente interno e às atribuições da CN, diagnóstico da situação atual, identificando aspectos referentes ao seu clima e à sua estrutura organizacional, bem como os processos e os métodos atuais de trabalho, realização de entrevistas com os gestores da CN, degravação das entrevistas e análise crítica dos dados levantados, análise documental; elaboração de fluxogramas de modo a definir os novos processos internos a serem adotados, e elaborar relatório contendo plano de proposta de melhoria, com sugestões de mudanças nos processos internos da CN.

Essa ação foi de suma importância, haja vista a expansão do ProJovem a partir de 2008 e a necessidade de melhor adequar os processos internos à nova realidade.

Outra ação também realizada por meio do Projeto BRA/05/021 refere-se à distribuição de certificados de conclusão do ProJovem Original àqueles municípios que terminaram o curso previsto em 2008, por meio de processo licitatório realizado nos anos de 2006/2007.

h) Sítio do ProJovem Urbano na Internet

A proposta do sítio do ProJovem Urbano é disponibilizar e tornar públicas as informações referentes ao funcionamento do Programa; fortalecer a comunicação entre alunos, professores, gestores e Coordenação Nacional; fazer uma interação das atividades de cada um dos municípios participantes; divulgar o trabalho e a produção nos núcleos; servir de suporte pedagógico para os professores e alunos; além de estimular os participantes e registrar os acontecimentos do Programa.

A página do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem foi lançada em junho de 2006, no endereço www.projovem.gov.br, pela necessidade de estabelecer um canal de comunicação e de divulgação mais moderno e direto. Inicialmente, o site continha informações relativas ao funcionamento, dados pedagógicos e institucionais, além de notícias. Ao longo do tempo foram constatadas necessidades e possibilidades de aprimoramento dessa ferramenta de comunicação e, soluções, mudanças e recursos possíveis foram instalados para tornar a página mais atrativa, ampla e completa.

Em 2008, com a reformulação do Programa e a criação do ProJovem Urbano, o sítio foi adaptado e reestruturado para essa nova etapa e passou a hospedar-se no endereço www.projovemurbano.gov.br, mas o endereço antigo ainda redireciona para a mesma página. A mudança foi gradativa, pois ao mesmo tempo em que começava o ProJovem Urbano, as turmas do antigo ProJovem finalizavam o curso. As informações institucionais do curso anterior foram retiradas e novos dados começaram a ser inseridos de acordo com as definições e rumos do programa.

A página na internet é atualmente o principal canal de comunicação e divulgação do ProJovem Urbano. De acordo com os dados de monitoramento (Google Analytics), ao longo do ano o sítio teve mais de 210 mil acessos, com picos nos meses de julho e agosto (período de matrículas), aproximadamente 40 e 60 mil acessos, respectivamente.

Atualmente, o sítio do ProJovem Urbano oferece:

- Documentos: Leis, decretos e o Projeto Pedagógico Integrado (PPI);
- Cidades Participantes: endereços, telefones, pessoas e instituições responsáveis pela execução do Programa em cada um dos locais onde o programa está implantado;
- Notícias: divulgação das ações e atividades da Coordenação Nacional e do desenvolvimento do programa nas cidades parceiras;
- Agenda: datas, locais e eventos relacionados ao Programa que acontecem em todo o Brasil;
- Cadastro: o visitante se cadastra para receber as notícias e informações referentes ao Programa;
- Boletim eletrônico periódico para os usuários cadastrados;
- Fotos: álbuns de fotos, organizados em ordem cronológica, com o registro de eventos e atividades nos municípios;
- Fale Conosco: serviço em que o usuário tem um canal de comunicação direta com a Coordenação Nacional;
- Links: endereços eletrônicos dos sítios parceiros institucionais do Programa.
- Galera do ProJovem: espaço dentro do sítio do ProJovem reservado para os alunos. Conta com fotos, *blog*, textos, poesias, letras de música, entre outros;
- Acessibilidade: a página é adaptada para usuários com necessidades especiais. Selo AAA – Acessibilidade Brasil.

i) Ações de Publicidade de Utilidade Pública

A publicidade de utilidade pública efetuada pelo Governo Federal é imprescindível para garantir o acesso da população às informações do Programa, dadas as características do público-alvo do ProJovem.

Entre as atividades que se destacam, desde a implantação do Programa, estão a criação da marca do ProJovem, confecção de “folders” e cartazes, programas de rádio, campanhas publicitárias na mídia televisiva e impressa com vistas a divulgar a chamada pública para inscrição de jovens.

Nos anos de 2006 e 2007, a Publicidade Institucional, além das atividades de confecção de material, programas e ações descritas acima, realizou campanha de inscrição ao Programa nas cidades das regiões metropolitanas das capitais dos Estados.

Para o ano de 2008, a Coordenação Nacional do ProJovem Urbano organizou dois períodos de matrícula. O primeiro de junho a agosto, e o segundo nos meses de novembro de 2008 à fevereiro de 2009.

A responsabilidade pela matrícula dos jovens e a divulgação em nível local é dos entes federados parceiros do Governo Federal, entretanto, a divulgação da matrícula, em escala nacional é assumida pelo SNJ/SG-PR.

Nas duas etapas, foram utilizados os seguintes meios de comunicação: Televisão Aberta; Rádio AM/FM; Outdoors; Carro de som; Mídia Exterior – Bancas de Revistas /Cabines Telefônicas; TV Transporte /Trem – somente no Rio de Janeiro; Internet – mensagens via MSN/EXKOLA; Cesta de Alimentação CBA – em SP/RJ/CE/PR/MG/ES.

No site do ProJovem Urbano divulgamos a matrícula e disponibilizamos os cartazes, flyers, vídeo etc.

Para essas ações foram repassados R\$ 11.600.000,00 (onze milhões e seiscentos mil reais) para a Secretaria de Comunicação - SECOM viabilizar a produção das peças publicitárias e a veiculação na mídia.

j) Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem – SMA

O desempenho da gestão institucional está intimamente ligado à forma como monitora as ações desenvolvidas para o Programa e busca soluções para dirimir os problemas e causas possíveis de insucesso que possam acarretar prejuízos, principalmente, ao seu público-alvo.

A seguir, expõe-se como a Coordenação Nacional do Programa procura medir a eficácia das ações desenvolvidas, a eficiência dessas ações e sua efetividade. Cabe ressaltar que não há uma separação clara entre esses indicadores no texto apresentado, uma vez que a Coordenação Nacional do ProJovem entende que os três são imprescindíveis para se ter uma visão clara do desempenho da gestão institucional.

j.1) ProJovem Original

Ao longo desses anos, esta Coordenação Nacional do Programa vem realizando o monitoramento e a avaliação do Programa por meio de uma rede de instituições acadêmicas especializadas, denominada Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA).

Essas instituições acadêmicas (Universidades Federais) atuam no âmbito do monitoramento, da supervisão, avaliação externa de alunos e avaliação do Programa (denominados subsistemas do SMA), a partir de desenho metodológico previamente definido em conjunto com o Conselho Técnico, instância de decisão do SMA. Para a consecução de suas finalidades, a Universidade, a qual denomina-se, no âmbito do ProJovem, de Instituição Regional (IR), designa, um(a) especialista para responder pela coordenação dos subsistemas de supervisão, avaliação externa do aluno e avaliação do Programa, componentes do SMA/ProJovem em sua região. Cada IR, portanto, além de seu(ua) coordenador(a), possui uma equipe fixa, na Universidade que sedia a coordenação regional e pessoas contratadas nos demais municípios, para desenvolverem atividades várias, referentes ao SMA.

As atividades do SMA contemplando os subsistemas de supervisão, avaliação externa do aluno e avaliação do Programa, são realizadas mediante programação ao longo dos 12 meses do curso, além do tempo posterior para sistematização das informações e produção do Relatório de Avaliação.

Por outro lado, os municípios são os responsáveis pelos lançamentos dos dados referentes às atividades desenvolvidas pelos alunos no sistema informatizado SISLAME/ProJovem, ferramenta do subsistema de monitoramento do SMA. Assim, os municípios inserem mensalmente a frequência e a entrega de trabalhos dos alunos, necessários para o pagamento do auxílio-financeiro aos jovens pelo Governo Federal, bem como as notas das avaliações dos professores e registros referentes à movimentação de alunos (transferências entre núcleos, Estações Juventude e cidades participantes do Programa).

Com base nos relatórios emitidos pelo SMA, a Coordenação Nacional, dentro das atribuições que lhe compete, atua permanentemente junto às Coordenações Municipais do ProJovem em todo o país, seja por meio

de Ofícios, ou por emails, contatos telefônicos, reuniões, encontros e seminários, na busca por soluções aos problemas detectados.

De forma geral, citam-se algumas ações realizadas pela Coordenação Nacional no intuito de dirimir principais dificuldades apontadas pelo SMA:

- visitas *in loco* e reuniões realizadas com as Coordenações Municipais para averiguação da instalação e utilização de computadores entregues pelo Governo Federal ao município;
- orientação permanente das Coordenações Municipais sobre as necessidades de ajustes no programa identificadas pelo SMA, analisar as dificuldades encontradas e apontar ações que poderiam ser desenvolvidas pela formação continuada para melhoria da aprendizagem;
- oficinas reunindo os Gestores Municipais do Programa com o objetivo de aprimorar procedimentos de gestão durante a implementação do ProJovem Original, prestigiando o foco didático-pedagógico e proporcionando o compartilhamento de experiências exitosas;
- encaminhamento de reclamações, sugestões, questionamentos, oriundos de outros canais de comunicação do ProJovem (sítio do Programa e central de atendimento 0800 722 7777) para as Coordenações Municipais, com a devida cobrança de respostas e soluções aos problemas detectados por esses canais.

Uma ação importante ocorrida no ano de 2008 foi a elaboração do Relatório de Avaliação do ProJovem (Original) e sua apresentação em um seminário ocorrido em 09 de maio de 2008, com participação de todas as universidades que compõem o Sistema: Federal do Pará – UFPA, Federal da Bahia – UFBA, Federal de Juiz de Fora – UFJF, Universidade de Brasília – UnB, Federal do Paraná – UFPR, Federal de Pernambuco – UFPE e Federal de Minas Gerais – UFMG, além dos Ministérios gestores do Programa (MTE, MDS e MEC e ainda PNUD, FUNDAR COPPE e CONJUVE, dentre outros.

Esse Relatório, que já vinha sendo elaborado desde o ano de 2007, foi de suma importância para a Secretaria Nacional de Juventude, uma vez que proporcionou a geração de alterações substanciais no desenho do ProJovem Urbano, no sentido de corrigir problemas detectados na implementação do ProJovem Original.

j.2) ProJovem Urbano

De forma semelhante ao ProJovem Original, a Coordenação Nacional do ProJovem Urbano, dada a experiência exitosa anterior, optou na manutenção do Sistema de Monitoramento e Avaliação – SMA para o ProJovem Urbano, executada em parceria com as Universidades Federais para execução dos quatro subsistemas existentes: monitoramento, da supervisão, avaliação externa de alunos e avaliação do Programa.

Dada a maior abrangência do ProJovem Urbano, a Coordenação Nacional firmou parceria com mais três universidades: Federal do Amazonas – UFAM, Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Federal do Ceará – UFC. Dessa forma, houve, também, a redistribuição dos municípios por IR's. A distribuição de estados por IR's ficou assim definido: UFPA (PA e AP), UFAM (AC, AM, RR e RO), UFMG (MG e ES) UNIRIO (RJ), UFBA (BA, SE e AL), UFPE (PE, PB e RN), UFC (MA, CE e PI), UnB (DF, GO, MT, MS e TO), UFPR (RS, PR e SC), e UFJF (SP).

Em 29 de dezembro de 2008, o Sr. Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, fez publicar a Portaria nº 62, que regula o monitoramento e avaliação do ProJovem Urbano, realizado por meio do Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano – SMA.

Essa Portaria veio garantir, mais ainda, o compromisso do Governo Federal com a transparência, monitoramento e controle das ações desenvolvidas pela Secretaria-Geral, apontando, de forma clara, os critérios e a organização do Sistema proposto.